

# A MEDIATIZAÇÃO DO CUOTIDIANO

Luís Cláudio Ribeiro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa

[luis.claudio.ribeiro@ulusofona.pt](mailto:luis.claudio.ribeiro@ulusofona.pt)

## Resumo

Se por um lado, a crise de recursos nas redacções editoriais e o desejo do arquivo e edição - presente em todos os cidadãos que usam dispositivos de gravação, como um telemóvel ou máquina fotográfica - tornaram-se aliados (o material de não profissionais tornou-se importante para compor as peças jornalísticas, mesmo de uma câmara de videovigilância instalada no espaço público, aumentando a exposição ao erro na interpretação); por outro lado, este desejo bem humano de arquivo e de participação na informação do acontecimento afasta os seus utilizadores do acontecimento, constituindo-se o real não o lugar da existência e da experiência mas o espaço de propagação de acontecimentos que «devem» ser registados para memória futura.

**Keywords:** media, informação, desejo, acontecimento e real.

## 1. ABERTURA

*A espantosa realidade das coisas*

*É a minha descoberta de todos os dias.*

*Cada coisa é o que é,*

*E é difícil explicar a alguém quanto isso me alegra,*

*E quanto isso me basta.*

(Fernando Pessoa – Alberto Caeiro)

A grande força da imagem nos jornais, nas televisões e agora na internet sempre levantou muitos problemas à hermenêutica e o que era a realidade ali colocada. Perante a realidade da imagem e do «isto aconteceu», interessa indagar que «isto» é este no tempo de uma comunicação global em que o agente da informação já não é apenas o responsável pela captura da imagem e sua edição mas um pouco todos os cidadãos que têm um equipamento que lhes permite gravar ou escrever e enviar. O «isto» da imagem sabemos que se rompeu numa trans-hermenêutica que por vezes coloca em causa a própria realidade em que se quer consubstanciar. Passamos muito rapidamente, em um século, de um medo da imagem à sua proliferação acompanhada por texto ou não. Mas o texto também ele, foi perdendo a sua função esclarecedora e afastou-se da nomeação e identificação de uma realidade fotografada. Uma fotografia exposta na internet ou num jornal digital, como aconteceu durante o mês de Agosto com a divulgação de mortos, na maioria crianças, por ataque de, presume-se, gás Sarin, desenvolve em comentários mais interpretações que o texto do jornalista que a precedia ou enquadrava. Muitos desses comentários que acompanhamos no jornalismo digital são de alguém que já não querem ver, se afastaram da construção da notícia e da fotografia que reproduz o massacre para se colocarem no papel de fazedores de opinião, construindo ali as suas possíveis ideias. O *isto* que aconteceu, e que sabemos que sim porque a imagem nos parece fiel a uma realidade, é sobreposto pela ideologia e por leituras que promovem novas interpretações de um acontecimento que tendo ocorrido nós não presenciamos.

Desejo recorrer aqui a um pequeno livro de Joan Fontcuberta<sup>278</sup> que se tem debruçado sobre o excesso da imagem no jornalismo, o seu sentido e, sobretudo, sobre uma fenomenologia da imagem. Nesse livro muito interessante Fontcuberta considera que as políticas da visão deveriam fazer três perguntas: O que se pode mostrar? O que é legítimo dar a ver? E como calcular os efeitos e as consequências? Deixo esta última questão para a psicologia e ficarei nas primeiras duas com uma alteração que considero importante para o jornalismo contemporâneo: **O que se pode mostrar e escrever? O que é legítimo dar a ver, ouvir e escrever?**

## **2. O QUE SE PODE MOSTRAR E ESCREVER?**

Em relação à primeira questão a resposta parecia simples há uns anos: podemos mostrar e escrever sobre tudo o que acontece na esfera pública. Era uma boa resposta mas rapidamente, como mostram teóricos dessa área como Habermas, a esfera pública

---

<sup>278</sup>Fontcuberta, Joan. (2011). *Indiferencias fotográficas y ética de la imagen periodística*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL.

foi sendo miscigenada pela esfera privada, constituindo-se espaços em que não se reconhecem os limites do espaço público, privado, comum ou íntimo. Se o próprio expõe a sua vida privada e íntima na blogosfera ou em redes sociais, adverte-nos por um lado que não sabe o que é o limite da informação e, por outro lado, constitui-se como narrador da sua própria história que deseja universal. Podemos ir contra esta aventura? Não, mas também não podemos considerar esse texto ou imagem, informação relevante para a construção do acontecimento e do real. Mas os jornalistas não recorrem muitas vezes a estes trabalhos? Recorrem e por vezes sem a devida distância e tratamento o que possibilita conflitos que seriam facilmente ultrapassados se reconhecêssemos os limites e a função do que se distribui pelas redes sociais e pela blogosfera, isto é, pelo espaço digital mediatizado. Não está aqui em causa um problema de censura que poderia ser medicamento para o excesso de suposta informação sobre acontecimento, mas o relevar da noção de acontecimento e de realidade de que enquanto homens na história queremos fazer. No entanto, queremos fazer parte a partir e dentro de um espaço discursivo que seja verosímil e gratifique o estar vivo. Claro que sabemos de imagens que foram posteriormente enquadradas e que mudaram uma sociedade ou uma comunidade: lembro os tiros no cemitério de Sta Cruz, em Timor Leste, algumas imagens das várias revoluções no Norte de África, da Tunísia à Líbia, e mesmo agora (Agosto-2013) na Síria, o poder coloca-se em marcha para uma explicação dessas imagens que fundem realidades políticas controversas. No entanto, também sabemos que a quantidade de informação que circula pelos *mass media* e pelo digital sobre essa imagem ou um texto tem tanto vigor como o levantamento feito em campo por investigadores credenciados. A verdade aos nossos olhos parece ser sempre a da imagem ou texto que chega primeiro. Produzindo depois um efeito viral que é difícil deslocar para fora dessa verdade primeira. O que nos fica nos olhos, imagem ou texto, é sempre uma primeira vez que funda um discurso do qual, se não desejamos investigar, dificilmente dele saímos. E se uma imagem foi manipulada, e se um determinado texto se funda num erro? Não interessa. Mas deveria interessar, como sempre aconteceu no grande jornalismo. Muitas agências de comunicação vivem da formação da primeira verdade, já que sabem que quando instalada dificilmente poderá ser removida. O mesmo se passa desde sempre com os erros cometidos pelo jornalismo. O jornal errou mas o que fica em nós é o erro não a correção feita no dia seguinte. Sobretudo a escrita, pela sua história e qualidades, transporta um grau de verdade que se assemelha a um axioma inviolável. E como axioma não tem mais do que uma leitura e uma interpretação. O problema moderno da escrita que se disseminou de uma forma profunda por todos os meios, utilizando o próprio como corpus de contaminação, atingiu no contemporâneo razões para alguma descrença. A intoxicação não provém da quantidade de informação

posta a circular sobre o mesmo acontecimento, mas da qualidade e níveis de sentido postos a circular. Se há dois séculos os muitos que assistiam ao acontecimento tornavam-se por isso portadores de um grau de verdade que era facilmente corrompido por outras vozes sem crédito por não haver escrita para essas vozes, o acesso contemporâneo a um grande conjunto de dispositivos, normalmente em rede, colocam em cada voz um crédito de verdade que torna dissipativo o acontecimento e, pior, torna obsoleta a noção de imparcialidade que todo aquele que informa pretende buscar. A quantidade de comentários e notícias, e comentários dessa notícia, invalida o próprio acontecimento como estrutura de sentido e, mais, invalida a possibilidade de uma representação do real. Este problema não é novo, mas sabemos hoje que nunca foi tão sério, no sentido em que a proliferação de «realidades» parece apontar para acontecimentos distintos e nunca para o mesmo. O que foi humano há muito precisou de um intermediário, um médium, para essa representação do real. Primeiro a linguagem oral, depois veio a escrita (e esta introduziu um nível avançado de ruído na construção semântica na mesma e noutras línguas receptoras por tradução dessa informação), depois veio todo o aparato de meios que se colocaram entre aquilo que é humano e a natureza (*physis* para os gregos). Cada vez que aumentou a distância entre a parte natural e a parte humana, esta separação deveu-se à introdução de mais mediadores. O que no ponto de vista ontológico aconteceu resume a uma frase: para falarmos do que é natural o humano tem que obrigatoriamente passar por um mediador. Este afastamento é cada vez maior e traz um problema há muito analisado: há um esfriamento da concepção da noção de natureza e, em muitos casos na era digital, o descobrimento que já nada sabemos do que fica fora do humano e mesmo a noção de homem se está a esbater na construção de uma linguagem intermédia em que o humano se converte em mediador do dispositivo e não o contrário. Aqui, depois da perda parcial da noção de natureza estamos a perder a noção de humano, a palavra que tinha sido o centro de todo o saber ocidental e não só, já que o mundo era apenas uma extensão do desejo de conhecer e espanto humano (como o diziam os pré-socráticos e não só).

Então podemos dizer que a intoxicação informativa (*infoxicación*, na designação desta conferência internacional) não advém da quantidade mas da **indiferença** que repousa sobre essa quantidade e sobre a qualidade do que é escrito ou fotografado. Esta indiferença, paradoxalmente, repousa sobre a indistinção do que deve ser conteúdo para divulgação já que os mesmos conteúdos postos a circular provêm de um sujeito imerso nas suas próprias concepções do acontecimento. Esta imersão desvia o sentido da mensagem e quando chega ao receptor o que se produzem são novos níveis de

reação ao texto ou à fotografia e não ao núcleo da notícia. O que John Suler define (em *The Psychology of Cyberspace*<sup>279</sup>) como desinibição tóxica, em oposição a desinibição benigna, pertence não à comunicação mas ao comportamento individual do sujeito que todos reconhecemos quando lemos um jornal digital. Mesmo que possamos aceitar o «citizen journalism» sabemos que à chegada ficará incluído na grande rede de escrita e torno do mesmo acontecimento, gerando a dispersão de sentido desse mesmo acontecimento. Claro que o nível panoptico dos actuais media digitais, associados em rede e com disponibilidade de arquivo e portáteis, apenas se fez sentir nos últimos anos. No surgimento dos primeiros objectos técnicos de reprodução (som e imagem, sobretudo) estava a pretensão de um arquivo do mundo. O fundador da Kodak, George Eastman, apelava na década de 80 do século XIX para a captura de imagens por parte dos fotógrafos amadores, e insistia na recolha de aspectos da vida pública, incluindo acidentes rodoviários (este apelo foi depois usado na arte por artistas do século XX, na Pop Art por exemplo). A rede e os dispositivos móveis vieram acelerar a partilha e o panóptico. A desinibição perante o uso de equipamentos reprodutores foi logo analisada pelos media. Em 1884, o NYT usou a designação de «The Camera Epidemic» (A Câmara Epidémica) perante a quantidade de imagens recolhidas por utentes de camaras fotográficas, que incidiam mais sobre a vida privada e o corpo do que comportamentos e hábitos públicos: «caricaturists often interpreted the intrusions by amateur photographers as sexually motivated, but the camera seemed to have a de-humanizing effect on both sexes.»<sup>280</sup>

A técnica, mesmo a de qualquer camara, de filmar ou fotográfica, não é indiferente à captação. Por ora, a tecnologia não produz uma ética isolada do humano, por essa razão não pode haver uma indiferença técnica. O que a tecnologia em uso pelo humano que quer comunicar produz é, como vimos, uma terna indiferença pelo mundo como se já não o habitássemos mas vivêssemos sobre o protocolo técnico que são uma extensão dominante dos nossos eixos morais e éticos. E a passagem da representação por outros reprodutores alteram substancialmente o que no início poderia estar isento de potenciais expressões de uma vontade. Tal como não podemos alterar o dispositivo naquilo que é o seu «fazer», também não podemos desejar uma observação asséptica da imagem ou da escrita. Tal como a cultura e o indivíduo, também as imagens são construções. Chegados a este ponto interessa, para respondermos à primeira pergunta, que era «o que se pode mostrar ou escrever?», questionar a função dos meios de

---

<sup>279</sup> <http://truecenterpublishing.com/psycyber/psycyber.html>, acedido em 2 de Setembro de 2013.

<sup>280</sup> Huhtamo, E.: Pockets of Plenty. Em Rieser M. (edt). (2011): *The Mobile Audience*. Amsterdam and New York: Rodopi.

comunicação no século presente. Chamamos meios de comunicação não apenas àqueles que se apresentam sobre suportes tradicionais, mas todo o dispositivo que reúne conteúdos e os dispersa em diferentes suportes e plataformas por receptores ligados. A comunicação é sempre um processo que sobre determinado código pretende criar um sentido compartilhado. Como vimos o processo mantém-se em todos os dispositivos contemporâneos. Há para além do desejo de instaurar uma comunidade, o desejo de dispersar nessa comunidade um entendimento do acontecimento. Para tal acontecer não é necessário nenhuma suspensão do juízo ou da razão. No entanto, nos novos dispositivos digitais e nos media sociais, que funcionam sobre determinado processo e protocolo, o que abunda já não é a tentativa de reunir uma comunidade para o entendimento do fenómeno, depois de informada pelos media, mas o questionamento sistemático do objecto comunicacional (quando se questiona a natureza do emissor e do acontecimento), bem como a própria notícia (quando se questiona a ética, a moral e a estética da mesma, que o mesmo é dizer do emissor). Há, portanto, níveis de desconstrução da comunicação que não eram tinham expressão há alguns anos. O que se perdeu não foi a espessura da informação, ela continua lá, tendo a expressão das margens ganho a força de um centro que antigamente pertencia ao significado. As margens de que falamos são as que possibilitam a abertura do que está escrito ou representado (como numa imagem) para outros pontos fora daquele acto comunicacional. Se olharmos com atenção para os comentários nos jornais digitais ou nos media sociais, o que interessa à maioria dos comentadores é o desvio e não o núcleo a partir do qual se constitui a comunidade e o entendimento dela própria. O todo tornou-se fragmento de si, e cada um de nós apoia-se num fragmento não para elucidar o mundo mas para fazer parte de um espaço que está entre o mundo e aquilo que é humano. Aos poucos deslocamo-nos desse centro orgânico da comunidade humana para o espaço dos mediadores, e o que aí interessa não é o que passou a ser margem, mas as nossas ideias e percepções sobre o papel dos mediadores e dos seus conteúdos. Também a espessura daquilo que era o humano se tornou mais delgada, tornando-se agora espesso a construção cada vez maior de níveis de sentido para o que é mostrado ou escrito. Não é por acaso que os jornais que têm muitos leitores na Web promovem rankings de notícias ou artigos mais comentados. Somos quase sempre inocentes perante as novas modalidades de os dispositivos captarem olhos e leitores; de ficarmos enredados sobre regras que não faziam parte da nossa forma de pensar os fenómenos e a sua expressão: o acontecimento ou o fenómeno deixou de ser substância da informação para passar a ser acidente a partir do qual se qualificam os nossos pontos de vista (tomo em sentido distinto as velhas noções de acidente e

substância aristotélicas. Na verdade, sem a espessura da substância tudo parece ter-se tornado acidente).

A escrita foi sempre um depósito da memória individual e colectiva. As outras tecnologias de comunicação rapidamente se transformaram também num depósito do real, um arquivo que é cada vez mais portátil, *nanizado* e cada vez mais individual. A ideia do colectivo pouca importância tem nos nossos arquivos e na força expressiva que se colocam nos comentários ou conteúdos que se enviam para publicação nos meios digitais. O que se mostra é a expressão de um afecto individual que como tal está sujeito à construção do mesmo e não do outro, esse para onde aponta todo o saber e comunicação. A ilusão referencial de que falava Roland Barthes podemos entendê-la nos nossos arquivos, milhões e milhões de fotografias, vídeos, cinema, livros e textos digitalizados. Com estes milhões de documentos não podemos fazer muito, mas sentimos que guardamos do passado algo que possa ser expressivo, como memória, no futuro. Neste sentido, os nossos álbuns ou arquivos funcionam mais como aclaramento das nossas memórias ou recordações, ilusoriamente, já que raramente a eles voltamos ou se voltamos apagou-se o espaço e o tempo precisos da sua captura. Capturar o nosso passado pelas imagens e documentos tornou-se por isso um esforço inglório. Vivemos, mais do que nunca, sobre um presente fragmentado que apenas olha o passado e o devir a partir de partículas muito circunscritas. O que Platão colocava como nefasto para a escrita (na sua obra Fedro), a perda progressiva da memória, é qualidade agora dos meios que utilizamos para capturar o nosso quotidiano. A *durée* de Henri Bergson, tão importante para se entender os acontecimentos afectivos do passado, a partir de fragmentos do presente, podendo assim constituir regressos, é constitutiva ainda do nosso tempo e dos nossos objectos, mas torna-se cada vez mais imprecisa, já que a técnica «rouba» essas ligações para as depositar no conteúdo. Quando em nós se perde essa afinidade, deixa de ser possível reconstruir o traçado até esse ponto central do passado a partir do qual essa imagem ou documento ganha sentido e espessura. Sabemos que não vamos deixar de querer ser media. A proliferação de objectos técnicos e o desejo de comunicar não cessa naquilo que é humano. Assim sendo, e voltando à pergunta inicial, o que devem os jornais, televisões e demais media publicar? Sabendo que não é possível uma visão asséptica do acontecimento, cremos que o saber fazer de alguns, a sua aprendizagem e experiência, pode ser, como o foi durante séculos, a única via para uma comunicação assertiva do acontecimento. Por esta razão, a publicação aberta de todos os comentários, vídeos, documentários em canais de comunicação não serve o interesse da informação nem os seus objectivos. O receptor não entende melhor o fenómeno a partir de um conjunto

vasto de exposições a esse mesmo fenómeno, às vezes em segundo e terceiro grau (quando não existe nenhuma relação entre o que se escreve e o acontecimento). Por estas razões devem publicar-se conteúdos que se enquadrem num livro de estilo e que possibilitem um quadro geral do dado, do acontecimento. A edição de todos os conteúdos, mesmo comentários, deve ser editado e não publicados aqueles que nada contribuem para o esclarecimento dos leitores ou espectadores, ou são «assassinos» das noções de comunicação e de informação. O compromisso não deve ser feito com a quantidade mas com a qualidade. Sabemos, no entanto, que as redacções de hoje se esvaziam todos os dias e que o jornalista pode fazer múltiplas tarefas diárias. Esta atitude das empresas de comunicação e informação leva a um esvaziamento do rigor que deve ser o princípio da edição. Isso não significa que se devem afastar os contributos do cidadão transformado em comunicador ou «jornalista». Estes contributos devem, no entanto, obedecer aos princípios gerais que orientam uma publicação e que são por todos os jornalistas conhecidos.

Deve por isso mostrar-se e escrever-se tudo que dê sobre o «objecto» uma totalidade, sob a influência do próprio acontecimento e da sua importância para a comunidade, e nunca sobre o domínio da afecção individual do objecto ou da opinião. Também as imagens devem ser enquadradas não segundo uma narrativa literária, já que isso desenvolve hermenêuticas que podem por em causa a própria notícia ou informação, mas que desenvolva uma ligação informacional entre a escrita e a imagem.

O acidente ferroviário de Compostela veio provar que todos somos juízes e neste ofício podemos informar, mesmo que erradamente. Em relação ao maquinista, como já tinha acontecido noutras notícias, a sua biografia, as suas relações nas redes sociais tornaram-se elementos de acusação. Estamos num tempo em que o que fazemos pode ser elemento de acusação de uma acção no futuro, mesmo que nada do que fiz ou escrevi tenha relação com a acção em julgamento. Certo ou errado, este julgamento das redes sociais não deve fazer parte da informação.

### **3. O QUE É LEGÍTIMO DAR A VER, A OUVIR E A ESCREVER?**

Esta pergunta não tem apenas uma resposta. A palavra «legítimo» tem aqui um contorno semântico que é necessário analisar. Legítimo é, em língua portuguesa e noutras línguas, o que está conforme a lei e as suas qualidades não se opõem à lei. A palavra lei na Grécia antiga era nómos (**Νόμος**). E nómos é o substantivo do verbo

némein que significava «distribuir»<sup>281</sup>, mas também o que deve ser lido em público e no interesse da comunidade. Assim, unindo as palavras *nómos* e *lex*, o que implica uma passagem de uma comunidade oral, em que tudo era público e não havia escrita com as características actuais do privado, a uma proliferação escrita do poder através da própria lei, ainda do domínio público (são poucos os exemplos do aparecimento da voz interior e de uma leitura em silêncio), a lei é o que se distribui na comunidade e é público e se aplica no mesmo sentido a todos os que aí habitam. Por isso, legítimo é o que a esfera de acções dos habitantes que tem como princípio o que a lei distribui como regulador dessa mesma comunidade. Semanticamente conserva-se na palavra escrita parte dessa tradição e algumas das qualidades. Podemos falar de uma escrita que não sendo lei, não tem essa pretensão, informa pela sua distribuição sobre a realidade e a sua organização; vincula-se a esta escrita (e mais tarde às imagens que representam porções do real) o verosímil e a verdade e a noção de sujeito em emancipação. Na verdade, o sujeito vem-se emancipando desde o princípio da modernidade, criando hábitos que se fundam nas noções de liberdade e de expressão, bem como em estruturas novas de percepção do real. Assim, é possível que na soma de sentidos que religam o sujeito ao mundo se encontre espaço para a acção comunicacional individual que parte, quase sempre, no que no sujeito que é intrínseco, estruturante. Há, no entanto, uma falha que repousa na noção individual de partilha e de sentido para o acontecimento. A objectividade –essa sempre antiga qualidade da informação e da comunicação – mostra-se contemporaneamente «inflamada» pelo sujeito, não pelo seu «cogito» mas pelo seu pulsar. E este pulsar invalida, na maioria das vezes, o essencial das propriedades do objecto em comunicação, que deveria ser relacional, temporal e espacial.

A noção de campo de Pierre Bourdieu, onde aflora a separação entre as esferas pública e privada que sabemos estarem hoje interligadas pelos meios de comunicação à distância e no tempo real é, sobretudo, «uma estenografia conceptual de um modo de construção de um objecto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa». E acrescenta: «o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades»<sup>282</sup>. Embora o campo em delimitação e identificação em Bourdieu seja o da sociologia é também nas suas

---

<sup>281</sup> Cfr. Svenbro, J. (1993): *Phrasikleia – An Anthropology of Reading in Ancient Greece*. New York (Íthaca): Cornell University Press. A palavra *némein* parece ter surgido no século VII A.C. e servia para a distribuição de terras pelos colonos e mas significa também o que devia ser lido, em público, ou apto a ser lido. Para além deste sentido que lhe é transmitido pelo verbo, *nómos* é também o poder praticado oralmente. Vivia-se ainda numa comunidade oral. A passagem da lei oral à lei escrita dá-se, sobretudo, com a palavra latina *lex* que era a lei escrita dos romanos.

<sup>282</sup> Bourdieu, P. (1989): *O Poder Simbólico*. Lisboa e Rio de Janeiro: Bertrand e Difel. Pg. 27.

qualidades o da comunicação e informação. Tal como ali, também aqui o objecto se deve restringir às suas propriedades e relações. O objecto de que falo é o que circula como acontecimento nos *mass media*. Ele deve portanto, texto ou imagem, fazer parte da produção de sentido no receptor, invalidando em campo a trans-hermenêutica que promove o equívoco e o desvio do campo estrutural.

A infoxicação é promovida diariamente pelas novas plataformas tecnológicas ao colocar ao mesmo nível diferentes estruturas que promovem o nosso conhecimento da realidade: a informação, o conhecimento e o entretenimento. Submersos desde o início da modernidade num saber, e numa percepção do real, que é sobretudo literacia, a presença digital (activa ou passiva) define novos comportamentos nos utilizadores. Um desses comportamentos está unido, desde o aparecimento reprodução da escrita, à assunção do que aquilo que está escrito é verosímil, isto é, provavelmente verdadeiro. Porém, enquanto durante muitos séculos uma elite compôs por interpretação, filtro e edição o que poderia ser lido ou visto, no contemporâneo, com a capacidade que todos temos de nos situarmos nessa elite pelo menos ao nível da competência tecnológica, o mundo chega até nós como uma verdade sem edição: a presença digital, de quem escreve ou vê/lê, constituiu-se no mediador, afastando, por ora, o lugar da hermenêutica, e colocando nesse lugar não a qualidade mas a quantidade: o máximo de interacções é o máximo de presença. Enquanto nos meios tradicionais também existia esta máxima (só é reconhecido quem aparece, na tv ou na rádio, por exemplo) ela subjugava-se à estrutura da crítica ou do jornalista. No entanto, hoje o jornalista foi colocado também ele no lugar da mediação, no controlo dos processos, e não na estruturação de uma informação, o que conduz a um aumento acelerado da perda da importância dos jornais e da própria notícia.

Meio é para as novas gerações o que pode ser transportado no seu movimento diário, seja telemóvel ou um iPod, objectos aptos à sua interacção com os outros e à fundação de um entendimento de que o mundo é plano ou em rede, e, por isso, a sua prosa é-lhe equivalente. Tal como aconteceu com outros ofícios, lembro a arquitectura e o dizer de Frollo (em *Notre Dame de Paris*, de Victor Hugo) de que o livro acabaria com o monumento e a arquitectura (*ceci tuera cela*), também o ofício do repórter e do jornalista atravessa com as novas tecnologias o mesmo dilema.

Em resposta à pergunta desta secção, podemos afirmar que é legítimo dar a ver e ouvir todo o conhecimento ou informação que crie um relevo para o mundo, e isso, falando em jornalismo, só o jornalista o pode fazer. É, portanto, o contrário de um mundo sensação expresso por Fernando Pessoa aquele que o jornalista deve construir.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bourdieu, P. (1989): *O Poder Simbólico*. Lisboa e Rio de Janeiro: Bertrand e Difel. Pg. 27.

Fontcuberta, J. (2011): *Indiferencias fotográficas y ética de la imagen periodística*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL.

Riser, M. (2011): *The Mobile Audience – Media Art and Mobile Technologies*. Amsterdam, New York: Rodopi.

Svenbro, J. (1993). *Phrasikleia – An Anthropology of Reading in Ancient Greece*. New York (Íthaca): Cornell University Press.

Suler, J. The Psychology of Cyberspace in <http://truecenterpublishing.com/psycyber/psycyber.html>, (consulta: 2 de Setembro de 2013).